

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.511 - AM (2020/0080111-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : JOSE RAFAEL DUARTE GONZALEZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

O recorrente alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

A defesa pleiteia, por meio deste recurso, a revogação da custódia preventiva do réu – decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do CP por duas vezes, e 121, § 2º, I, do CP, por duas vezes –, por considerar estarem ausentes quaisquer das hipóteses previstas no art. 312 do CPP.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

O Tribunal de origem, ao manter a custódia preventiva do acusado, salientou que "a gravidade e as circunstâncias do delito revelam a sua periculosidade social, de forma que, por garantia à ordem pública, faz-se mister a manutenção de sua prisão" (fl. 346). Isso porque, conforme salientou o Magistrado de primeiro grau, o recorrente, "supostamente em mediante violência e em pluralidade de agentes, perpetraram os delitos de roubo contra as vítimas Jaire Queiroz ro Castelo Branco e Carlos Henrique Tapudima e possivelmente ceifaram a vida das vítimas Eduardo Rodrigues de Carvalho e Jeferson Rodrigues Nune" (fl. 327).

Ainda, há notícias nos autos de que "Recorrente cometeu um crime de roubo, dois crimes de homicídio e mais um crime de roubo, todos em concurso de pessoas e com uso de arma de fogo, o que denota a extrema gravidade de sua conduta, fato este corroborado pelo fato de terem sido apreendidos com o Recorrente: uma espingarda com cabo de madeira, cano curto, numeração parcialmente legível, um estojo de munição deflagrado, cal. 20, marca CBC, um revólver cal. 38, marca Taurus, número 151529, com 4 (quatro) estojos deflagrados, cal. 38, duas munições cal. 38, CBC spl e uma pistola de pressão cal. 4.5, marca GAMO" (fl. 375).

Tais circunstâncias evidenciam, ao menos em princípio, a **gravidade concreta** dos crimes em tese cometidos e a **real periculosidade**

do agente, a ensinar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a garantia da ordem pública.

À vista do exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste recurso, em especial de notícias atualizadas acerca do andamento do processo e de cópia da denúncia.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**